

Planejamento de longo prazo para um desenvolvimento sustentável: a convergência entre o curto e longo prazos

Ranieri Muricy Barreto
Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
ranierimb@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo visa explorar o processo de elaboração da Estratégia Brasil 2050, como um projeto de retomada do planejamento governamental no país. Trata-se de uma iniciativa que busca romper o ciclo de instabilidade econômica e fragilidade institucional, para promover políticas públicas duradouras, que transcendem mandatos governamentais. A pesquisa investiga de que forma a coordenação entre governo, setor privado e sociedade civil pode fortalecer políticas econômicas e sociais, ampliar a competitividade do Brasil no cenário global e garantir um crescimento sustentável e inclusivo e, ao tempo reforça a compreensão entre um dilema que acompanha o país há décadas: a conciliação entre a o curto e o longo prazos. Desde os anos 1980, a economia brasileira oscila entre tentativas de estabilização e crises recorrentes, o que frequentemente resulta na priorização de ajustes fiscais imediatos em detrimento de um planejamento de longo prazo. A ausência de diretrizes duradouras compromete a competitividade nacional e o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a necessidade de uma estratégia de longo prazo para o Brasil se torna evidente, especialmente diante dos desafios estruturais como desigualdade social, racismo estrutural e concentração fundiária. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e reflexões desenvolvidas em grupos de estudo sobre planejamento estratégico de longo prazo. Foram analisadas experiências nacionais e internacionais de planejamento governamental para identificar desafios e boas práticas aplicáveis ao contexto brasileiro. Os achados indicam que a construção retomada do planejamento governamental no requer um compromisso interinstitucional que articule iniciativas em infraestrutura, inovação e sustentabilidade. A pesquisa também reforça que a conciliação entre a necessidade de respostas imediatas a crises conjunturais e o planejamento de longo prazo é essencial para evitar soluções oportunistas e garantir uma trajetória sólida de desenvolvimento. Os resultados evidenciam que a dicotomia entre curto e longo prazo é artificial e precisa ser superada. O Brasil pode e deve alinhar medidas emergenciais com um planejamento estruturado para os próximos 25 anos. O sucesso da Estratégia Brasil 2050 dependerá do comprometimento dos governos, setor produtivo e sociedade civil para transformar essa visão em realidade e assegurar um futuro sustentável e inclusivo para o país.

Palavras-chave: planejamento de longo prazo; Estado; desenvolvimento; justiça social; Estratégia Brasil 2050.

1. Introdução

Desde a transição para a democracia na década de 1980, a economia brasileira tem enfrentado um cenário de alta volatilidade, com sucessivas crises fiscais, hiperinflação, instabilidade cambial e políticas econômicas de caráter ortodoxo. Assim, alterna entre ciclos de estabilização econômica e crises periódicas, frequentemente priorizando medidas de curto prazo em detrimento de um planejamento de longo prazo.

O foco na estabilidade macroeconômica, especialmente via ajuste fiscal, tem se sobreposto ao planejamento de longo prazo, enfraquecendo a capacidade do Estado de induzir o desenvolvimento. A Estratégia Brasil 2050 (EB 2050), ora em elaboração, surge como uma tentativa de romper esse padrão, oferecendo um arcabouço de diretrizes estruturantes para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do país. Trata-se de uma oportunidade histórica de ruptura com esse padrão, com o objetivo de construir uma visão estratégica de país que integre desenvolvimento econômico, justiça social e sustentabilidade ambiental.

A EB 2050 surge como um contraponto a essa lógica, propondo um modelo de governança que integre ações imediatas com metas de longo alcance. Inspirada em experiências internacionais bem-sucedidas, como os planos quinquenais chineses ou os pactos de inovação europeus, bem como nos planos de desenvolvimento da Coreia do Sul e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a proposta busca superar a dicotomia entre o "agora" e o "futuro". Essa inspiração em experiências internacionais de planejamento estatal, reforça a necessidade de se buscar articular políticas públicas em áreas estratégicas como infraestrutura, ciência e tecnologia, transição energética, agricultura sustentável e educação de qualidade, por exemplo.

Nesse sentido, o artigo explora como o país pode equilibrar políticas anticíclicas (como transferência de renda e incentivos fiscais) com investimentos em educação, infraestrutura e inovação tecnológica, para projetar metas de desenvolvimento de longo prazo.

A tensão entre políticas de curto e longo prazos no Brasil não é um fenômeno recente. Desde a redemocratização, o país oscilou entre medidas emergenciais de estabilização econômica e tentativas frustradas de planejamento estratégico. A hiperinflação dos anos 1980 e os ajustes fiscais dos anos 1990, como o Plano Real, priorizaram o controle imediato de preços em detrimento de reformas estruturais. Esse padrão persistiu nas décadas seguintes, com ciclos de expansão e recessão que reforçaram a percepção de que o Brasil é incapaz de conciliar estabilidade macroeconômica com desenvolvimento sustentável.

O presente artigo tem sua justificativa assentada no falso dilema entre o curto e o longo prazo, demonstrando que é possível e necessário harmonizar ambos os horizontes temporais. Com base em autores da tradição econômica brasileira e internacional, o texto aborda a importância do papel do Estado como planejador estratégico, mobilizando governo, setor privado e sociedade civil. A superação dos principais gargalos nacionais – como a desigualdade social, o racismo estrutural e a concentração fundiária – demanda uma visão articulada de futuro, que vá além dos ciclos políticos e das urgências conjunturais.

Argumenta-se que a dicotomia entre os dois horizontes temporais é artificial e contraproducente, pois impede que o país se engaje em transformações estruturais necessárias ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, o texto propõe uma abordagem integrada, que concilie ações emergenciais com estratégias duradouras. Aqui entra a EB 2050, que deve enfatizar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, a centralidade da justiça social e a necessidade de superação da dicotomia entre curto e longo prazo.

Para entender esse comportamento dicotômico, recorre-se a autores como Celso Furtado, que defendia o planejamento estatal como antídoto ao subdesenvolvimento, e Albert Hirschman, que via no "desequilíbrio criativo" uma forma de articular reformas graduais com transformações profundas. Também citamos as críticas de Joseph Stiglitz ao neoliberalismo, que privilegia ajustes fiscais imediatos

em detrimento de políticas industriais e sociais de longo prazo. Autores como Celso Furtado, Ignacy Sachs e Amartya Sen, argumentam que a retomada do planejamento de longo prazo é condição necessária para que o Brasil supere suas desigualdades históricas e redefina seu lugar na economia global.

Para esses últimos pensadores, o desenvolvimento não pode se restringir ao crescimento do PIB, mas deve incorporar dimensões como justiça social, sustentabilidade ambiental e ampliação das liberdades individuais. Nesse sentido, o planejamento de longo prazo é um instrumento estratégico para alinhar políticas públicas com objetivos estruturais, promovendo a inclusão produtiva, a coesão territorial e a transição ecológica. Trata-se, portanto, de construir um projeto nacional capaz de articular Estado, mercado e sociedade civil em torno de metas comuns, superando a lógica imediatista que tem marcado a trajetória econômica brasileira nas últimas décadas.

2. Objetivos

O presente artigo tem como objetivos principais:

- a) analisar a proposta da Estratégia Brasil 2050 à luz do debate entre curto e longo prazo na economia.
- b) discutir o papel do Estado como agente planejador e coordenador de políticas públicas estruturantes.
- c) demonstrar, com base em referências teóricas, que é possível superar o falso dilema entre os horizontes temporais.
- d) apontar caminhos para a articulação de políticas públicas integradas que respondam a emergências conjunturais sem perder de vista os objetivos estruturais de desenvolvimento sustentável.

3. Metodologia

A metodologia adotada neste artigo é qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental. Foram utilizados textos acadêmicos de autores clássicos e contemporâneos da economia brasileira, como Celso Furtado, Ignácio Rangel e Maria da Conceição Tavares, dentre outros, bem como referências internacionais, como Ignacy Sachs, Amartya Sen, John e John Maynard Keynes e Albert Hirschman. Também foram analisados documentos oficiais da Estratégia Brasil 2050, além de relatórios de publicações de centros de pesquisa como do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e organismos multilaterais.

A abordagem é analítica e interpretativa, buscando identificar os principais argumentos e contradições no debate entre curto e longo prazo, e propor uma síntese que contribua para a construção de políticas públicas mais eficazes.

4. Resultados e Discussão

4.1 A economia brasileira (1980-2020) e o falso dilema entre curto e longo prazos no pensamento desenvolvimentista

A década de 1980, conhecida como "década perdida", foi marcada pela estagflação e pelo colapso do modelo de crescimento baseado em endividamento externo. Nos anos 1990, a adoção do Consenso de Washington levou à abertura econômica, privatizações e reformas estruturais que reduziram o papel do Estado na economia. O Plano Real (1994) estabilizou a

inflação, mas consolidou o tripé macroeconômico baseado em metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante, com forte viés fiscalista, abraçado por todos os governos de lá até aqui.

Nos anos 2000, houve um breve ciclo de crescimento puxado pelo boom das commodities e políticas sociais redistributivas. Contudo, a partir de 2015, o país mergulhou em nova crise, agravada pela austeridade fiscal, instabilidade política e, mais recentemente, pela pandemia da Covid-19. A ausência de um projeto nacional de desenvolvimento, somada à fragmentação das políticas públicas, aprofundou desigualdades e comprometeu a capacidade do Estado de responder a desafios estruturais.

Neste cenário, o Brasil desponta como um país de contrastes profundos. Enquanto algumas regiões se destacam em inovação e produtividade, outras convivem com carências básicas. A Bahia, por exemplo, tem avançado em infraestrutura, saúde e educação nas últimas décadas, mas ainda enfrenta desafios estruturais como desigualdade social, racismo estrutural e concentração fundiária.

Essas desigualdades não são naturais, mas historicamente construídas. A ausência de reforma agrária, o racismo sistêmico e a concentração de investimentos nas regiões Sul e Sudeste perpetuam assimetrias que limitam o potencial de desenvolvimento nacional. Um planejamento eficaz deve, portanto, partir de um diagnóstico territorializado, reconhecendo a diversidade do país e promovendo a equidade entre os entes federativos.

Como alerta Theodoro (2022), “a desigualdade brasileira não é um efeito colateral do desenvolvimento, mas um de seus pilares constitutivos”. Essa constatação reforça a urgência de um planejamento de longo prazo que enfrente não apenas as desigualdades de renda, mas também as hierarquias raciais profundamente enraizadas no processo histórico brasileiro. No contexto da EB 2050, isso significa reconhecer que o futuro só poderá ser construído de forma democrática e sustentável se incorporar, de maneira transversal, o combate ao racismo estrutural e às práticas de exclusão que moldaram o desenvolvimento nacional. Planejar o futuro, nesse caso, é também reparar o passado e transformar as bases sociais da desigualdade.

A dicotomia entre o curto e o longo prazo tem sido objeto de debate na teoria econômica há décadas. Keynes (1936), em sua crítica ao pensamento econômico clássico, cunhou a famosa frase “no longo prazo, estaremos todos mortos”, apontando para a necessidade de respostas imediatas às crises econômicas. No entanto, o próprio Keynes reconhecia a importância de políticas estruturantes para garantir estabilidade e crescimento no futuro.

Keynes (1936) alertou que a obsessão pelo equilíbrio de longo prazo poderia levar a crises sociais irreversíveis no curto prazo. Sua defesa de políticas anticíclicas, como gastos públicos em recessões, foi crucial para a recuperação pós-1929. No entanto, Keynes nunca negou a importância do planejamento estratégico, argumentando que o Estado deve atuar não apenas para corrigir falhas de mercado, mas para direcionar investimentos em setores-chave, como infraestrutura e pesquisa.

Como argumenta Sicsú (2022), o pensamento keynesiano oferece não apenas uma teoria macroeconômica, mas uma visão de sociedade baseada na justiça social e na atuação estratégica do Estado. Para Keynes,

“(…) O planejamento do Estado, orientado para a manutenção da média geral da produção e atividade industrial num nível ótimo e para a abolição do desemprego, é ao mesmo tempo a mais importante e a mais difícil das tarefas que temos pela frente.” (SICSÚ, 2022, p. 457).

Essa concepção amplia o alcance do planejamento governamental, conferindo-lhe um papel ativo na organização da economia e na promoção de objetivos coletivos de longo prazo. Ao contrário da leitura simplificada que reduz Keynes ao imediatismo anticíclico, sua obra propõe um Estado capaz de pensar estrategicamente o futuro, mobilizando instrumentos para garantir não apenas a estabilidade conjuntural, mas também a construção de uma sociedade mais justa e resiliente. É nessa chave que a EB 2050 deve ser compreendida: como um esforço de retomada do planejamento de longo prazo, em que o Estado reassume seu papel como articulador do desenvolvimento nacional.

No Brasil, essa dualidade foi mal interpretada. Como aponta Luiz Carlos Bresser-Pereira (2010), o país adotou políticas keynesianas de forma assistemática, como o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), sem vincular gastos públicos a ganhos de produtividade. O resultado foi um crescimento inflacionário insustentável, como visto no final dos anos 2000.

Ainda no contexto brasileiro, Celso Furtado (2009) sempre defendeu a ideia de planejamento de longo prazo como instrumento indispensável ao desenvolvimento. Para ele, o subdesenvolvimento é um fenômeno estrutural que exige ações continuadas e coordenadas, e não apenas respostas conjunturais.

Ignácio Rangel (1995) também contribuiu com a compreensão dialética da relação entre o curto e o longo prazo, ao afirmar que a acumulação de capital e o desenvolvimento tecnológico exigem uma perspectiva histórica e estratégica. Já Maria da Conceição Tavares (2005) destacou os riscos da “miopia de curto prazo” das políticas neoliberais, que comprometem a capacidade do Estado de pensar e agir para além das urgências fiscais.

Pela lente desses autores, a oposição entre curto e longo prazo é um falso dilema. O desenvolvimento requer tanto ações imediatas quanto planejamento de futuro. A ausência de uma estratégia de longo prazo torna as medidas emergenciais menos eficazes, enquanto a negligência das urgências sociais corrói a legitimidade e a viabilidade das políticas estruturantes.

Assim, o desenvolvimento econômico não é um processo espontâneo, mas resultado de decisões políticas que moldam as instituições, os investimentos e as prioridades sociais. Como argumenta Celso Furtado (2009), o subdesenvolvimento é um fenômeno estrutural, cuja superação exige intervenção coordenada do Estado para romper com a dependência externa e com os mecanismos de concentração de renda.

Furtado (2009) vai além, para ele, o subdesenvolvimento é uma condição perpetuada pela falta de projetos nacionais de longo prazo. Ele demonstra como a economia colonial, baseada em ciclos de commodities, criou uma estrutura dependente e desarticulada. A industrialização dos anos 1950, embora um avanço, foi incompleta por falta de integração entre políticas industriais e sociais.

Ignacy Sachs (2004), por sua vez, propõe a ideia de desenvolvimento sustentável como um projeto civilizatório, que combina crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental. Já Amartya Sen (2000) reforça que o desenvolvimento é a ampliação das liberdades reais das pessoas, o que exige políticas públicas que garantam saúde, educação e renda.

Esses autores convergem na defesa de um Estado planejador, democrático e promotor de capacidades.

O planejamento estatal, especialmente em países periféricos, é instrumento fundamental para coordenar investimentos, reduzir desigualdades regionais e mobilizar capacidades produtivas. A fragmentação das políticas e a dependência das oscilações do mercado internacional tornam o planejamento de longo prazo uma condição necessária para um desenvolvimento soberano e justo.

Hirschman (1958), em *The Strategy of Economic Development*, introduz a ideia de que reformas graduais podem gerar transformações estruturais. Para ele, investimentos em setores estratégicos (como transporte) criam externalidades que estimulam outros setores (indústria e comércio). Aplicado ao Brasil, isso sugere que obras de infraestrutura (por exemplo, Ferrovia Norte-Sul) devem ser planejadas para induzir desenvolvimento regional, não apenas como resposta a crises locais.

Já o papel inovador do Estado, como defende Mazzucato (2015), impõe ao Estado assumir riscos em áreas onde o setor privado é reticente, com, por exemplo, o segmento de biotecnologia. O caso da Embrapa, é emblemático, responsável pela transformação do agronegócio brasileiro, mostrando como investimentos públicos em P&D geram retornos de longo prazo.

Na Nova Indústria Brasil (NIB), adota-se o conceito de missões formulado por Mazzucato, segundo o qual as políticas públicas de fomento industrial devem estar diretamente vinculadas ao enfrentamento de desafios sociais concretos. A proposta rompe com a visão tradicional de política industrial como um fim em si mesma, e a reposiciona como instrumento de transformação estrutural. Assim, investimentos em inovação e desenvolvimento produtivo devem ser orientados por objetivos que melhorem efetivamente a vida das pessoas — como a erradicação da fome, o acesso universal ao saneamento básico, à moradia digna, à saúde, à educação e à mobilidade urbana de qualidade.

Essa abordagem permite articular respostas de curto prazo, por meio do estímulo à atividade econômica e à geração de empregos, com um horizonte de longo prazo voltado à construção de uma economia mais sustentável e inclusiva. Ao priorizar missões que alinhem eficiência econômica e bem-estar social, a NIB contribui para a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento de longo alcance, compatível com os objetivos da EB 2050.

4.2 A Estratégia Brasil e os desafios do longo prazo

A EB 2050 surge como uma proposta de construção coletiva de um projeto de país com horizonte de 25 anos. Inspirada em experiências internacionais de planejamento estatal, como ocorre na França (Commissariat Général au Plan), ou os pactos de inovação europeus, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, nos planos quinquenais chineses, bem como nos planos de desenvolvimento da Coreia do Sul, a proposta busca superar a dicotomia entre o "agora" e o "futuro". Essa inspiração em experiências internacionais de planejamento estatal, reforça a necessidade de se buscar articular políticas públicas em áreas estratégicas como infraestrutura, ciência e tecnologia, transição energética, agricultura sustentável e educação de qualidade, por exemplo.

A Coreia do Sul, já nos anos 1970, combinou planos quinquenais com incentivos à indústria pesada, criando conglomerados como a Samsung, por exemplo. Veja o caso da empresa

Samsung — gigante sul-coreana de mais de 80 anos que hoje opera do setor de eletrônicos. Reconhecida mundialmente por seus smartphones, smartwatches e smart TVs, a empresa lidera o ranking global de patentes na indústria eletrônica. Essa empresa, lá no começo, vendia peixe seco, vegetais e macarrão!

Outro exemplo marcante vem da Alemanha, onde a experiência do *Energiewende* — a transição energética — combinou subsídios imediatos à geração solar e eólica com metas estratégicas de longo prazo. Em todo o mundo, os sistemas energéticos estão passando por profundas transformações. O que começou como uma resposta à crise ambiental, com as políticas de mitigação das mudanças climáticas, evoluiu para se tornar o motor de uma nova revolução industrial, com potencial para redefinir os pilares econômicos e sociais das nações. Esse movimento é especialmente relevante para o Brasil, país que reúne uma diversidade abundante de fontes renováveis e uma necessidade urgente de promover um desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo.

Mas, aí reside um problema de natureza estrutural. Com base em Coggiola (2002), o capitalismo não é apenas um sistema econômico, mas uma estrutura histórica que molda as relações sociais e políticas. Ele enfatiza que as crises capitalistas não são meramente conjunturais, mas expressões das contradições inerentes ao próprio sistema.

Mas uma vez, fica claro que essa perspectiva reforça a importância de um planejamento de longo prazo que vá além das soluções imediatistas. A EB 2050 deve, portanto, considerar as raízes estruturais das desigualdades e das crises recorrentes, promovendo transformações que visem a uma sociedade mais equitativa e sustentável. Ao incorporar essa visão crítica, o planejamento estratégico governamental pode se tornar um instrumento eficaz para enfrentar os desafios históricos do país, alinhando-se aos princípios de justiça social e desenvolvimento inclusivo.

Entretanto, o sucesso de iniciativas como a EB 2050 depende da capacidade do Estado de coordenar esforços intersetoriais e intergovernamentais, além de mobilizar recursos públicos e privados em torno de objetivos comuns. A fragmentação institucional e a instabilidade política são obstáculos concretos, agravados por uma cultura administrativa ainda voltada para respostas imediatas. Para enfrentar esses desafios, é necessário blindar o planejamento de longo prazo das flutuações do calendário eleitoral, criando instâncias permanentes de monitoramento, avaliação e participação social. Nesse sentido, a reflexão de Matus (1996, p. 42-43) é particularmente pertinente:

“Se no presente tomo a decisão que julgo acertada, considerados os fatos do presente, mas acontecimentos futuros tornam nociva a minha decisão, o efeito negativo dessa decisão presente poderá afetar-me no futuro e poderá fazer deteriorarem-se minhas possibilidades de sucesso, meu prestígio, meu poder etc. Além disso, minha decisão estará afetando outras pessoas, e a decisão dos outros, para além da minha vontade, incidirá sobre minha situação.

O amanhã, confie por todos nós, incidirá sobre mim abrir novas oportunidades ou criando para mim novos problemas. Esse amanhã me afeta hoje, porque hoje é o momento de eu fazer alguma coisa com vistas a estar em condições de tirar por Todas as oportunidades que o amanhã oferecer e de evitar problemas futuros”

Essa formulação parte de uma crítica profunda ao modelo de governo centrado apenas na administração do presente, sem visão estratégica ou capacidade de formulação de projetos de longo prazo. Ainda segundo o autor, “governar é decidir, é conduzir processos, é antecipar o futuro e torná-lo viável” (MATUS, 1996). No contexto da EB 2050, essa abordagem é

especialmente relevante, pois implica reposicionar o Estado como sujeito ativo do desenvolvimento, capaz de formular diretrizes de longo prazo que articulem consensos entre os interesses sociais, econômicos e ambientais com foco na transformação estrutural. O planejamento estratégico governamental, nesse sentido, não é uma técnica neutra, mas uma prática política voltada à construção de um futuro desejável.

Na acepção gramsciana, “o consenso é entendido como meio de ativação política e intelectual da massa dos governados com vistas à transformação da ordem social”. Essa concepção implica que a hegemonia política não se constrói apenas pela imposição de interesses dominantes, mas pela capacidade de formar alianças e pactos que expressem uma vontade coletiva ativa.

No contexto da EB 2050, isso significa que o planejamento de longo prazo deve ser construído com base em processos abertos, democráticos e orientados pela escuta da diversidade social, garantindo que os rumos do país sejam definidos por meio de participação ampla e compromisso compartilhado com o desenvolvimento nacional.

Além disso, universidades, centros de pesquisa e movimentos sociais têm papel central na construção de alternativas e no acompanhamento da execução das metas. O planejamento não pode ser monopólio técnico-burocrático; deve ser expressão da soberania popular, traduzida em projetos de vida dignos para todos os brasileiros.

Assim, a EB 2050 representa uma tentativa de institucionalizar uma visão de futuro que ultrapasse os ciclos eleitorais. Uma proposta que visa articular políticas públicas com foco em sustentabilidade, inovação, infraestrutura e inclusão social.

O papel do Estado, nesse contexto, é central. Como apontam Bresser-Pereira (2010) e Bresser-Pereira e Yoshiaki Nakano (2002), o Estado deve atuar como agente coordenador, capaz de mobilizar recursos e orientar investimentos para áreas estratégicas. Isso exige uma capacidade institucional robusta, planejamento intersetorial e articulação com o setor privado e a sociedade civil.

Além disso, o planejamento de longo prazo deve incorporar os desafios contemporâneos, como a transição energética, a digitalização da economia e a adaptação às mudanças climáticas. Isso exige uma abordagem sistêmica e integrada, capaz de alinhar políticas econômicas, sociais e ambientais.

4.3 Superar a dicotomia: Curto prazo com perspectiva estruturante

A falsa dicotomia entre curto e longo prazo tem sido uma armadilha recorrente na formulação de políticas públicas no Brasil. Políticas de transferência de renda, subsídios e estímulo ao consumo são essenciais em momentos de crise, mas devem estar articuladas a estratégias de transformação produtiva e redução de vulnerabilidades.

A pandemia da Covid-19 evidenciou a importância do Estado como garantidor da vida e da economia. A expansão emergencial do gasto público mostrou que é possível mobilizar recursos para proteger os mais vulneráveis, mas a ausência de um plano de reconstrução pós-crise impediu avanços mais duradouros. Um planejamento eficaz deve integrar ações emergenciais com metas estruturantes, combinando proteção social com transformação produtiva e ecológica. Eis o desafio de fugir das armadilhas do curto prazo dissociado da cena desejada no longo prazo.

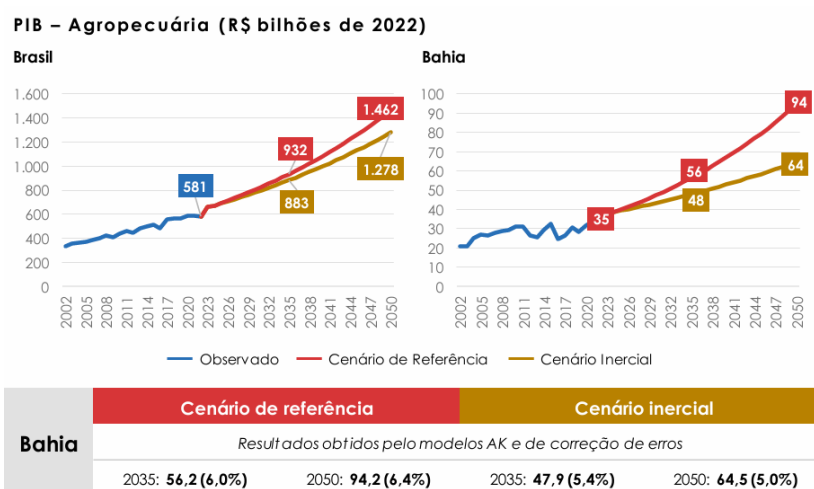
Políticas de cotas e microcrédito para empreendedores negros (como o Banco da Pequena África) são exemplos de ações imediatas que podem reduzir disparidades históricas. Porém, só terão efeito duradouro se vinculadas a uma ampla reforma educacional capaz de universalização o ensino técnico e a uma ampla expansão de universidades públicas. Importante também promover uma ampla regularização fundiária, com combate à grilagem e incentivo à agricultura familiar.

Veja o caso da agricultura familiar na Bahia que é uma das principais bases da economia rural do estado, caracterizada por pequenas propriedades conduzidas majoritariamente por núcleos familiares. Este segmento é responsável por grande parte da produção de alimentos destinados ao consumo interno, como mandioca, feijão, milho, frutas e hortaliças. Além de seu papel produtivo, a agricultura familiar é essencial para a segurança alimentar, preservação de saberes tradicionais e manutenção da diversidade sociocultural no campo baiano.

Essa forma de produção está distribuída por todas as regiões do estado, com destaque para o semiárido, onde predomina o cultivo de sequeiro e práticas agroecológicas adaptadas ao clima. Nessa região, a resiliência dos agricultores familiares se expressa na adoção de tecnologias sociais, como cisternas de captação de água da chuva e sistemas de produção integrada, muitas vezes apoiadas por políticas públicas de convivência com o semiárido. Já em áreas como o Recôncavo, a Chapada Diamantina e o litoral sul, a diversidade de culturas e o acesso a mercados institucionais ampliam as possibilidades de geração de renda e agregação de valor aos produtos.

Dados da SEI (2025), de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, mostram que aproximadamente 87% dos estabelecimentos agropecuários na Bahia pertencem à agricultura familiar. Esses estabelecimentos ocupam cerca de 34% da área total dedicada à agropecuária no estado e são responsáveis por empregar 81% da força de trabalho rural.

No entanto, apesar da expressiva presença, a contribuição da agricultura familiar para o valor adicionado bruto da agropecuária baiana tem diminuído ao longo do tempo. Em 2018, essa participação foi de 32%, uma queda em relação aos 43,2% registrados em 2010. A figura A SEGUIR dá a dimensão da importância da agropecuária baiana no PIB do Brasil e do Estado.



Fonte: Elaborado pela Macroplan com base em IBGE, SEI. *O termo PIB Setorial se refere ao Valor Adicionado Bruto do respectivo setor econômico. Valores entre parênteses: percentual da Bahia em relação ao Brasil.

Neste caso, adota-se o conceito de Agropecuária conforme definido pelo IBGE, que se restringe às atividades do setor primário. É importante não confundir com o termo "Agronegócio", utilizado por instituições não oficiais, que inclui, além da produção agropecuária, os serviços a ela relacionados e a indústria de alimentos.

A evolução recente e as projeções para o setor evidenciam um típico desafio a ser enfrentado com visão estratégica e planejamento de longo prazo: como sustentar o protagonismo produtivo da agropecuária, promover sua integração às demais cadeias produtivas e garantir que seus ganhos contribuam para o desenvolvimento regional equilibrado.

No cenário inercial, a Agropecuária segue como setor de destaque, preservando o protagonismo das últimas duas décadas e registrando uma taxa média de crescimento de 2,2% ao ano entre 2023 e 2050 — um desempenho superior à média do conjunto da economia. Nesse período, o valor adicionado pela Agropecuária praticamente dobra, com expansão acumulada de 82%, superando os 70% observados entre 2002 e 2022. Mesmo com um ritmo de crescimento um pouco menos acelerado do que na década anterior, o setor amplia sua participação no PIB baiano, beneficiando-se do crescimento mais lento projetado para a Indústria e os Serviços. Esse cenário evidencia a necessidade de planejamento intersetorial de longo prazo, a fim de evitar desequilíbrios estruturais e garantir uma trajetória de crescimento mais diversificada.

Já no cenário de referência, a agropecuária avança em um ritmo mais acelerado, com crescimento médio anual de 3,6% até 2050. Apesar desse desempenho expressivo — que leva o PIB do setor a quase triplicar em relação a 2022, acumulando uma alta de 170% —, sua relevância no conjunto da economia baiana permanece estável. Isso ocorre porque, embora o setor cresça de forma robusta, os demais segmentos, especialmente a Indústria, apresentam dinamismo ainda maior, alterando a composição relativa do produto estadual, como mostra o estudo realizado pela Macroplan (2024). Esse resultado reforça a importância de políticas de longo prazo que articulem a modernização da agropecuária com inovação, sustentabilidade ambiental e vínculos com setores industriais e de serviços, evitando a fragmentação produtiva e ampliando os efeitos multiplicadores do crescimento no território.

Apesar de sua importância estratégica, a agricultura familiar na Bahia enfrenta desafios estruturais, como o acesso limitado a crédito, assistência técnica, infraestrutura e mercados. A superação dessas barreiras passa pelo fortalecimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a ampliação de compras governamentais via PNAE e PAA, além da valorização da agroecologia como modelo produtivo. Nesse sentido, investir na agricultura familiar é também investir na redução das desigualdades regionais e na construção de um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e equilibrado para a Bahia.

O governo da Bahia tem implementado políticas públicas que visam aumentar a produtividade e a sustentabilidade das propriedades rurais, por meio do apoio técnico, da regularização fundiária e do incentivo à organização produtiva e comercial. Programas estaduais voltados à convivência com o semiárido, à agricultura irrigada e à promoção da agroindustrialização local têm buscado fortalecer as cadeias produtivas regionais e melhorar a renda das famílias agricultoras. No entanto, para que esses avanços se consolidem, é necessário ampliar a articulação entre os diferentes níveis de governo, garantir financiamento contínuo e fomentar a participação ativa das comunidades rurais na definição das políticas. Integrar essas ações ao planejamento estratégico estadual — como proposto no âmbito do Plano de Desenvolvimento

Integrado Bahia 2035 (Bahia 2035) — é essencial para alinhar o curto e o longo prazo na promoção de um desenvolvimento rural mais justo.

Desta maneira, a valorização da agricultura familiar na Bahia deve ser compreendida dentro de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento sustentável e de superação das desigualdades regionais. Para isso, é fundamental que o Estado atue não apenas com políticas setoriais, mas também com uma estrutura fiscal e institucional capaz de garantir os investimentos necessários à infraestrutura rural, à inovação tecnológica e à ampliação do acesso aos mercados. Isso implica integrar a agricultura familiar às grandes diretrizes do planejamento de longo prazo, conectando-a a iniciativas estruturantes, como logística, crédito e inovação.

É o que alerta Tavares (2005), quando diz que o ajuste fiscal não pode inviabilizar o futuro. A solução está em promover uma ampla reforma tributária progressiva, com taxação de grandes fortunas e dividendos para financiar inovação. As parcerias público-privadas (PPPs) devem ter cláusulas de desempenho de longo prazo, como por exemplo, concessões de ferrovias com metas de redução de custos logísticos.

Nesse contexto, uma política de desenvolvimento que articule a agricultura familiar às cadeias logísticas e produtivas — por meio de investimentos em infraestrutura, pesquisa aplicada e acesso a mercados — pode transformar o potencial produtivo das regiões rurais da Bahia em vetor estratégico de crescimento. Isso exige um pacto federativo comprometido com a justiça fiscal e territorial, em que a agricultura familiar não seja tratada apenas como segmento social a ser protegido, mas como agente econômico relevante na construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, a superação de entraves históricos como a desigualdade social, o racismo estrutural e a concentração fundiária demanda ações que combinem políticas emergenciais com reformas estruturais. O curto prazo exige proteção social, geração de emprego e acesso à renda, enquanto o longo prazo requer investimentos em educação, inovação e infraestrutura. A pandemia de COVID-19 evidenciou a importância do Estado como garantidor de direitos e organizador da resposta à crise.

Países que contavam com estruturas institucionais sólidas e capacidade de coordenação intersetorial foram mais eficazes em mitigar os impactos sociais e econômicos da crise (STIGLITZ, 2020). Nesse sentido, a EB 2050 deve ser concebida como um pacto nacional, que una forças políticas e sociais em torno de um projeto comum. Isso implica reforçar o papel das instituições públicas de planejamento, como o Ipea e o Ministério do Planejamento, e criar mecanismos de monitoramento e participação social.

5. Conclusão

A EB 2050 representa uma oportunidade histórica de ruptura com o padrão de descontinuidade e imediatismo que tem marcado a economia brasileira. Seu êxito depende da capacidade do Estado de assumir seu papel como articulador do desenvolvimento, da construção de um pacto social em torno da justiça e da sustentabilidade, e do fortalecimento de mecanismos democráticos de participação e controle social.

A retomada do planejamento de longo prazo, inspirada em tradições desenvolvimentistas e adaptada aos desafios contemporâneos, é condição necessária para que o Brasil possa superar suas desigualdades históricas e construir um futuro comum. Não se trata apenas de imaginar o país em 2050, mas de começar a construí-lo agora, com coragem política, compromisso social e visão estratégica.

A EB 2050 não pode se tornar um plano utópico, mas uma necessidade pragmática. Como mostraram Furtado, Hirschman e Stiglitz, o desenvolvimento exige sincronia entre urgências e estratégias. O país já tem instrumentos (como o BNDES e o Ipea) e expertise acumulado nos segmentos empresariais, sociais e academia para liderar essa transição. O desafio é romper com a cultura do imediatismo e construir consensos políticos em torno de um projeto nacional.

O Brasil precisa romper com o ciclo de improvisação e curto-prazismo que marcou sua trajetória recente. A Estratégia Brasil 2050 oferece uma oportunidade histórica de reconstruir a capacidade do Estado de pensar e agir estrategicamente, articulando diferentes dimensões do desenvolvimento.

Assim, o falso dilema entre curto e longo prazo deve ser superado por uma abordagem integrada, que reconheça a interdependência entre as respostas emergenciais e o planejamento estrutural. A experiência histórica e os fundamentos teóricos mostram que o desenvolvimento sustentável e inclusivo depende de ações coordenadas e contínuas, com forte protagonismo do Estado e participação da sociedade.

Investir na EB 2050 é um imperativo para o futuro do país, mas também em sua capacidade de responder às urgências do presente com responsabilidade e visão de longo alcance.

6. Referências bibliográficas

- BAHIA. Secretaria de Planejamento. Plano de Desenvolvimento Integrado da Bahia – PDI Bahia 2035: diretrizes estratégicas para o desenvolvimento sustentável do estado. Salvador: SEPLAN, 2016.
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Documentos e estudos da Estratégia Brasil 2050. Brasília: Ipea, 2023.
- BRASIL. Ministério da Economia. Relatório de Sustentabilidade Fiscal 2023. Brasília, 2023.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Brasília: MP, 2024.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-2010. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Em busca do desenvolvimento perdido. São Paulo: Editora UNESP, 2019.
- COGGIOLA, Osvaldo. O capital conta a história: gênese e estrutura da crise contemporânea. São Paulo: Edições Pulsar, 2002.
- DRUCK, Graça. Terceirização e trabalho precarizado. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (Edição comemorativa de 50 anos)
- FURTADO, Celso. O capitalismo global. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HIRSCHMAN, Albert O. The Strategy of Economic Development. New Haven: Yale University Press, 1958.
- IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1985.
- Macroplan - PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Projeto de cooperação técnica internacional BRA/16/011, celebrado com as Secretarias de Desenvolvimento Econômico (SDE) e do Planejamento (SEPLAN) do Estado da Bahia. Salvador: PNUD/SDE/SEPLAN, 2024.
- MARINGONI, Gilberto (Org.). A volta do Estado planejador: neoliberalismo em xeque. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.
- MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente: governar é governar-se. São Paulo: FUNDAP, 1996.
- MAZZUCATO, Mariana. O Estado Empreendedor. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.
- PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RANGEL, Ignácio. A dualidade básica da economia brasileira. In: RANGEL, Ignácio. Economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SICSÚ, João. Keynes, um estrategista do planejamento e de uma nova sociedade. In: MARINGONI, Gilberto (org.). A volta do Estado planejador: neoliberalismo em xeque. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022. p. 447–458.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STIGLITZ, Joseph E. Capitalismo progressista: a resposta à era do descontentamento. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

THEODORO, Mário. A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

Referência eletrônica:

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Agricultura familiar na Bahia: 2017–2018. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/agricultura/agricultura_familiar_bahia_2017_2018.pdf. Acesso em: 03 mar. 2025.